

Bacha: pista livre para estabilização

BRASÍLIA — O economista Edmar Bacha, assessor especial do Ministério da Fazenda, acredita que a separação das contas do Tesouro e do Banco Central criará condições para o lançamento do programa de estabilização econômica do Governo. Segundo Bacha, o Governo está pronto para discutir com o Congresso, até o fim do ano, medidas que permitam ao Tesouro fechar suas contas sem depender da inflação. Essa negociação se dará durante a revisão constitucional e a aprovação do Orçamento de 1994.

— Com essa separação de contas, poderemos saber, de forma clara, nítida e transparente, de que forma o Governo usa a inflação para financiar suas despesas — disse Bacha, que coordenou o grupo de trabalho encarregado de abrir a “caixa-preta”.

— Essa cultura inflacionária, que depende da corrupção para funcionar, precisa ser extirpada. Isso tem um alto significado político. Nós vamos dizer ao Congresso: o dinheiro está todo aqui. Agora, vamos discutir um programa de estabilização econômica — afirmou Bacha, durante a entrevista que se seguiu ao anúncio das medidas pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Ainda segundo o assessor especial do Ministério da Fazenda, a abertura da “caixa-preta” é um passo importante para a estabilização da economia.

— É impossível combater a inflação enquanto o Governo precisar da inflação para cumprir seus compromissos orçamentários — explicou.

Segundo Bacha, a maneira como o Governo usa a inflação para se financiar está “imersa no emaranhado de contas que entrelaçam o Tesouro e o Banco Central”. Com o desbaratamento dessas relações, ficará claro que, para viver sem inflação, o Governo precisará fazer um amplo ajuste fiscal, com uma significativa redução de despesas.

A partir de hoje, a carteira de títulos do Banco Central, que com a separação das contas com o Tesouro Nacional cai de US\$ 80 bilhões para US\$ 22 bilhões, terá uma nova composição. Uma portaria do Tesouro Nacional publicada hoje no Diário Oficial estabelece as novas condições de venda e os novos prazos das NTNs (Notas do Tesouro Nacional), com correção pela taxa de câmbio, pelo IGP-M e pela TR.

Será também criada a NTN-L para lastrear a dívida externa que está no Banco Central e será transferida para o Tesouro. As NTN-L vão substituir vários títulos que lastreiam a dívida do Tesouro pela qual os cofres públicos pagam correção monetária mais 16% ao ano. Os novos títulos terão correção cambial mais 5% ao ano, exatamente como os títulos da dívida externa, o que significa que o Tesouro terá uma redução dos gastos.